



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 25195-0 – Recife/PE
APELANTE: FACILITA – Crédito Financiamento e Investimento S/A
APELADO: Aníbal Gomes da Nóbrega
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. COBRANÇA INDEVIDA. CONTRATO DE CRÉDITO INEXISTENTE. ASSINATURA. FALSIFICAÇÃO. RESTRIÇÃO CADASTRAL INDEVIDA.

Devem as instituições financeiras tomar os cuidados necessários quando da formação do cadastro de clientes.

A responsabilidade pela indevida inscrição do nome de suposto devedor, é exclusiva da empresa prestadora de serviço e independe de culpa, ensejando a obrigação de indenizar pelo dano moral causado indevidamente.

DECISÃO: "POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

Data de Julgamento: 14.12.2009

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 25195-0, em que figura como apelante FACILITA – Crédito, Financiamento e Investimento S/A e como apelado Aníbal Gomes da Nóbrega, **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, negar provimento ao apelo, tudo de acordo com os votos escritos anexos que integram o presente aresto.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR

5506



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

TJPE
FLS. 206 of

120

APELAÇÃO CÍVEL Nº 25195-0 – RECIFE/PE
APELANTE: FACILITA – CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
APELADO: ANÍBAL GOMES DA NÓBREGA
RELATOR: ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Adoto o relatório de fls. 134/136, que leio (...)

Acrescento que o Juiz *a quo* julgou procedente a ação condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais a serem apurados em liquidação de sentença, condenando-a, ainda, nas custas processuais e nos honorários advocatícios.

Através das razões de fls. 147/150 a ré interpôs recurso de apelação pretendendo a reforma da sentença.

Contra-razões às fls. 153/157.

Os autos foram distribuídos em 02/08/1996, sendo a mim redistribuídos em 23/09/2008.

É o relatório.

Ao douto revisor.

Recife, 24 de agosto de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.

131
5202,
121

SENTENÇA

EMENTA - Ação de Reparação por Danos Morais e Patrimoniais. Comprovada a prática de ato ilícito por parte da ré, em detrimento apenas de danos morais ao autor. procedência em parte da ação.

- Uma vez lançado o nome de pessoa honrada e de ilibada conduta moral e financeira, no Serviço de Proteção ao Crédito, causando-lhe intranquilidade e perda do crédito na praça, deve o causador do dano reparar a vítima com indenização, a teor do art. 159, do Código Civil.

Vistos etc.

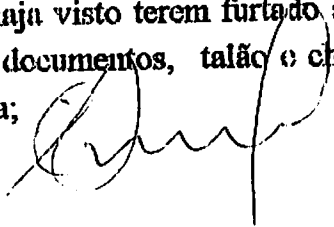
ANÍBAL GOMES DA NÓBREGA,

qualificado nos autos, promoveu através de advogado legalmente habilitado, a presente AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS contra a FACILITA - CRÉDITO FINANC. INVEST. S.A., também qualificada nos autos, alegando os fatos e fundamentos jurídicos de fls. 02/05, resumidamente nos seguintes termos:

Que, no mês de maio de 1989 o autor foi surpreendido com um extrato mensal de cobrança, no valor de NCz\$ 1.107,87, emitido pela firma ré, originário do contrato nº 0.237.018.869-64;

Que, por não conhecer a empresa ré, o autor dirigiu-se ao setor de crediário e explicou ao Sr. Marcos Sena, encarregado do setor, que nada havia comprado na referida empresa, tendo aquele senhor lhe apresentado um contrato com a suposta assinatura do autor e preenchido com todos os seus dados;

Segundo o autor, alegou ao Sr. Sena acreditar na falsificação de sua assinatura, haja visto terem furtado sua capanga, há dois anos atrás, onde constava além de seus documentos, talão e cheque e cartões de crédito, conforme queixa prestada na Polícia;



135
gjom.
122

Que, acreditava estar o assunto resolvido, no entanto, foi novamente surpreendido ao efetuar compras nas Lojas Pernambucanas, à crediário, quando não teve aprovação de suas compras, em razão de constar seu nome como inadimplente no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), a mando da ré, desde 02.08.89, no valor de NCz\$ 1.390,80, oriundo do mesmo contrato impugnado, mesmo assim, o autor dirigiu-se novamente à empresa ré para retirarem seu nome do SPC, porém foi friamente informado de que o caso estava com a CEBRACO - Central Brasileira de Cobrança, e que, segundo a funcionária de nome Elisa, o aponte do nome no SPC não seria retirado, visto que as assinaturas do autor e do falsário eram idênticas;

Diz o autor, que ao longo de seus setenta e dois anos de idade, sempre cultivou e zelou pelo seu bom nome, por sua idoneidade, pela sua moral e honradez, jamais dando motivo a tais constrangimentos, e no entanto, se vê acusado de falsário.

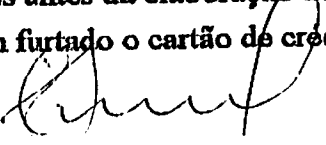
Que, em decorrência de ter seu nome no SPC, o autor teve grandes transtornos, foi constrangido moralmente, denegrido em seu nome, sua moral, sua reputação e idoneidade, além de sofrer os reflexos financeiros de modo negativo e desastrosos juntos aos bancos e ao comércio em geral, ficando impossibilitado de pedir financiamento, empréstimos, etc.

Cita algumas jurisprudências favoráveis à indenização por danos morais e patrimoniais, e finalmente requer a citação da ré para contestar, querendo, sob pena de revelia, sendo a ação julgada procedente, com a condenação da ré em uma indenização de danos morais e patrimoniais na base de 40 salários mínimos, além de que seja providenciada a retirada de seu nome do SPC e condenada a réu nas custas processuais e nos honorários advocatícios. Protestou por todos os meios de provas admitidas em direito, juntou os documentos de fls. 06/16 e deu à causa o valor de NCz\$ 20.000,00.

Devidamente citada, a ré apresentou contestação em três laudas, resumidamente nos seguintes termos:

Que o autor tenta eximir-se de suas obrigações já que o contrato fora firmado entre ela ré e o próprio autor;

Para a ré, não existe nenhum elo de ligação entre o contrato firmado com o autor e o fato de ter sido este furtado, uma vez que o furto se deu um ano e seis meses antes da elaboração do contrato, além do que, o autor não mencionou na polícia terem furtado o cartão de crédito da Facilita;



13.
5007
123

Rebatendo o fato alegado pelo autor, de que a ré não procedeu à exame pericial, transcreveu alguns trechos do laudo pericial realizado, inclusive a conclusão, e insistiu a ré na autenticidade do contrato.

Ao final requereu a improcedência da ação e a condenação do autor nas custas processuais e honorários advocatícios e juntou os documentos de fls 24/35.

O autor, apresentou réplica às fls. 37/39, arguindo em preliminar a intempestividade da contestação. No mérito, insistiu nos argumentos expostos na inicial e rebateu todos os itens da contestação.

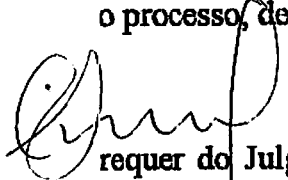
Entendendo pela necessidade de se produzir prova em audiência, o processo foi saneado e deferida a produção de prova pericial, com a nomeação de perito judicial.

As partes foram devidamente intimadas do despacho saneador, sem que tenham apresentado qualquer recurso ou indicado Assistentes Técnicos. O autor elaborou quesitos, às fls. 60. O laudo pericial é concluído e juntado aos autos, constante às fls. 101/112.

Designada a audiência de instrução e julgamento e presentes as partes, devidamente acompanhadas por seus advogados, após proposta a conciliação, sem êxito, são tomados os depoimentos do autor, do representante legal da ré e de uma testemunha arrolada pela ré. Em plena audiência o autor requer a realização de uma acareação entre ele e a testemunha da ré, sendo assim deferido e realizada.

As partes apresentaram suas razões orais e por não se encontrar habilitado a proferir a sentença em audiência, até porque desconhecia o processo, determinei que me viessem os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.



A complexidade da causa é indiscutível e requer do Julgador um grande esforço para alcançar a melhor justiça. Sem dúvidas que a decisão deverá apoiar-se, sobre maneira, na sensibilidade jurídica de quem dirigiu os trabalhos em audiência. É em casos como este, que nós Magistrados entendemos a sensatez do Legislador, ao vincular a decisão da causa ao Juiz que presidiu a audiência. Aqui, com os olhos voltados para as partes e para as testemunhas em audiência, deixamos nossas sensibilidades expandirem-se alertas e à flor da pele, para captarmos os verdadeiros e sinceros depoimentos, além do que, aliado a esse comportamento, devemos formar a decisão como num quebra-cabeças e juntar peça por peça, casadas entre si, e quando não, ligadas uma a outra pela íntima

137
203
124

relação de causa efeito, conduzindo à presunção lógica do fato verdadeiro. Com essas considerações, pretendo deixar claro a forma que conduzirei a decisão, em busca da verdadeira justiça.

Para o julgamento, entendo que a questão deva ser dividida em dois momentos. O primeiro, quanto a autenticidade ou falsidade do contrato de crédito, já que figura como o pivô de toda controvérsia, e o segundo, caso prevaleça o entendimento pela falsidade do documento, se está configurada a responsabilidade civil da ré pela reparação do dano.

Pondo análise no primeiro momento, entendo que a razão está com o autor. A forma com que depôs em juízo, vem alinhar-se perfeitamente ao que busca em seu pedido. O autor não titubeou em audiência, como também a testemunha Amaro Sena, da ré, mas, a sua atuação e a imediata reação aos depoimentos daquela testemunha, requerendo acareação, por si só, sem a interferência de seu advogado, me pareceu uma reação justa e normal de quem não aceita determinada versão.

A acareação foi realizada, e lá estava o autor, com a testemunha à sua frente, contradizendo-a e reafirmando, de forma mais incisiva, que não eram verdadeiras aquelas declarações, pois nunca havia feito compras na firma ré e muito menos assinado o contrato de abertura de crédito.

A testemunha Amaro Sena, embora não caindo em contradição, apresentou-se mais frágil que o autor, como que defendendo a Facilita, para também se defender, já que tinha sido o responsável pela aprovação do contrato. É o melhor entendimento!

Confesso que não pude detectar a falsa declaração, ao ponto de ensejar o falso testemunho, mas, usando da minha sensibilidade judicante, alinhando-a a outros aspectos do processo, mais a frente detalhado, concluí pela verdade do autor.

Como ponto favorável a esse entendimento, temos o reconhecimento pela testemunha Amaro Sena, da irresignação do autor, quando procurou a ré, alegando não haver feito qualquer compras naquela empresa. E, segundo os autos, o autor procurou o setor de crediário da ré por várias vezes, sem no entanto terem aceito suas argumentações.

Para o caso, todos os pormenores ligados ao fato e à pessoa do autor, deverão ser apreciados e levados em consideração. Do ponto de vista pessoal, devemos considerar como conjunto unitário, a profissão do autor, idade, idoneidade, que não foi atacada apesar de indagada em audiência, e sobretudo

140
3207
125

Amaro Sena, alegaram desconhecer qualquer fato semelhante praticado pelo autor em outras lojas.

Seguramente que o ré, ao colocar o nome do autor no SPC, sem dar ouvidos aos seus reclamos, praticou um ato ilícito comissivo, em detrimento do patrimônio moral daquele. Houve danos morais para o autor, já que se trata de um funcionário público aposentado, com mais de setenta anos de idade, de ilibada conduta moral e financeira. O seu crédito e a sua reputação financeira ficaram abalados, justificando assim a reparação pelo mal sofrido.

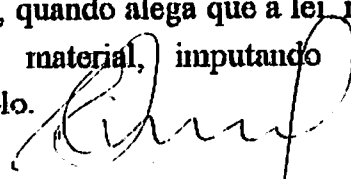
A doutrina e a jurisprudência nacionais e estrangeiras, andaram atravessadas, com interpretações divergentes a respeito. Assim demonstra Caio Mário da Silva Pereira, em sua obra Responsabilidade Civil, 4a. edição, capítulo dano. No transcorrer de seus ensinamentos, ele mostra a base pela qual a reparação do dano moral evoluiu até a plenitude de seu reconhecimento, dizendo:

"O fundamento da reparabilidade pelo dano moral está em que, a par do patrimônio em sentido técnico, o indivíduo é titular de direitos integrantes de sua personalidade, não podendo conformar-se a ordem jurídica em que sejam impunemente atingidos. Colocando a questão em termos de maior amplitude, Savatier oferece uma definição de dano moral como "qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária", e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranquilidade, ao seu amor-próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições etc. (Traité de la Responsabilité Civile, vol. II, nº 525)."

Segundo o Eminentíssimo Jurista, hoje em dia não há mais razão de se conflitarem as doutrinas nem as jurisprudências aqui no Brasil, uma vez que a nossa Carta Magna pois um ponto final e definiu a questão. Eis o que diz o Jurista às fls. 58, da referida obra:

"A Constituição de 1988 veio pôr uma pá de cal na resistência à reparação do dano moral. O art. 5º, nº X, dispôs: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação". Destarte, o argumento baseado na ausência de um princípio geral desaparece. E assim, a reparação do dano moral integra-se definitivamente em nosso direito positivo."

Em seus comentários pessoais, a que me filio integralmente, o prof. Caio Mario justifica o seu entendimento pela interpretação que dá ao art. 159 do C. Civil, quando alega que a lei não distinguiu o tipo de dano a ser reparado, se moral ou material, imputando apenas ao agente causador, a obrigatoriedade de repará-lo.



141
126

Depois desses ensinamentos, não há mais o que se discutir. Os danos morais, a teor da nossa Lei maior, são inegavelmente indenizáveis ! //

Assim como os danos morais, também são devidos os danos patrimoniais. Entretanto, embora requeridos, não foram comprovados. O autor não demonstrou o prejuízo patrimonial sofrido, apenas alegou. E a simples alegação de que deixou de comprar um terreno em gravatá ou de fazer compras a crediário em outras lojas, não é suficientemente capaz de ensejar uma indenização. Deveria sim, comprovar materialmente a perda patrimonial, não, simplesmente alegar. Não há provas em seu favor nesse sentido. Portanto, fica o dano patrimonial sem lastro, e conseqüentemente, sem amparo jurídico. //

Por todo o exposto e amparado no art. 159 do Código Civil Brasileiro, julgo procedente em parte a presente Ação, para, em conhecendo a ilicitude do ato praticado pela empresa ré, condená-la a indenizar o autor pelos danos morais por este sofrido, em decorrência de ter seu nome lançado no SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC), a serem apurados em liquidação de sentença, nos termos dos arts. 603 e 608 do C.P.C.. Determino que seja oficiado ao SPC, para que retire o nome do autor da relação de devedor inadimplente. Condeno ainda a ré ao pagamento das custas processuais e aos honorários advocatícios de 20% sobre o valor da condenação apurado.

Ofice-se.

Custas "ex-lege".

P. R. I.

Recife, 30 de julho de 1994

AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Juiz de Direito



214

127

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 25195-0 - RECIFE/PE
APELANTE: FACILITA - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
APELADO: ANÍBAL GOMES DA NÓBREGA
RELATOR: ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO.

A questão posta a julgamento resume-se no fato de que o autor, ora apelado, fora cobrado de uma dívida perante a apelante, que por ele não fora contraída.

A prova coligida aos autos demonstrou, sem qualquer dúvida, que o apelado nunca firmou contrato com a empresa apelante.

Buscou-se durante a instrução processual, a verdade em relação àquele que assinou o contrato de crédito com a recorrente Facilita, ocasião em que a perícia demonstrou que as assinaturas, constantes do contrato, não foram originadas do punho do autor, ora apelado.

Teve o autor, segundo narra a petição inicial, o cuidado de advertir a apelante, quando recebeu a cobrança das faturas, de que utilizaram seu nome, indevidamente, naquele contrato.

A apelante se reporta, em sua irresignação, quanto ao fato de criar-se uma indústria de lesados moralmente no país.

No entanto, no caso presente, é preciso afirmar que as empresas de crédito devem tomar os cuidados necessários quando da formação de seu cadastro de clientes. O que é inadmissível é cobrar indevidamente e remeter o nome do suposto cliente inadimplente para inscrição nos cadastros negativos de crédito.

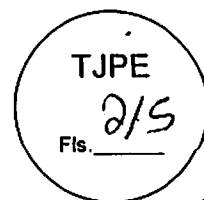
Entendo desnecessário tecer maiores comentários à questão desde que os autos estão bem instruídos com a prova de que o autor jamais firmou contrato de crédito com a apelante, a qual inscreveu o seu nome, indevidamente, nos cadastros de restrição creditícia, razão pela qual merece que seja compelida ao pagamento de indenização por danos morais que resulta do próprio fato da inscrição indevida (*dano in re ipsa*).

Isto posto, meu voto é negando provimento ao apelo.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



128

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 25195-0 - 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: FACILITA - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A
APELADO: ANÍBAL GOMES DA NÓBREGA

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelação interposta contra sentença (fls. 134/141) proferida pelo Juízo de Direito da 6ª Vara Cível do Recife, condenando a Apelante a indenizar o Apelado pelos danos morais resultantes da inscrição do seu nome no SPC, em importe a ser apurado na fase de liquidação, bem como a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios.

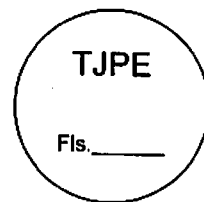
O i. togado sentenciante embasou seu posicionamento na perícia grafoscópica efetuada pela perita judicial, a qual concluiu que um terceiro passou-se pelo Apelado para celebrar o contrato de cartão de crédito com a Apelante. Assim, acentuando a inexistência de dívida imputável ao Apelado, entendeu ilegítima a inscrição do nome deste nos cadastros restritivos, justificando-se daí a indenização por dano moral.

Nas razões recursais (fls. 146/150), a Apelante aduz que o contrato de cartão de crédito foi celebrado com o próprio Apelado, mediante a apresentação de documentos identificadores. Destarte, sustenta ser ele responsável pelas compras efetuadas com o cartão, sendo legal a comunicação da inadimplência ao SPC.

1



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes



129

Da leitura dos autos, verifico restar incontestemente a ausência de diligência por parte da Apelante, ao permitir que um terceiro, munido de documentos furtados, obtivesse cartão de crédito em nome do Apelado, ocasionando a inscrição indevida deste nos cadastros de maus pagadores, por conta de dívidas relativas a compras efetuadas com o referido cartão.

Com efeito, a perícia judicial realizada no feito (fls. 102/112) atestou que as assinaturas constantes no Contrato e respectivos Termos de Adesão (fls. 85/90) não pertencem ao Apelado, tendo sido efetuadas por um terceiro. Assim, ficou categoricamente provada a inexistência de relação jurídica entre o Apelado e a Apelante, daí resultando a ilegalidade da inscrição cadastral.

Ora, a responsabilidade do prestador de serviço independe de culpa, resultando do risco da própria atividade desempenhada, conforme art. 14 do CDC¹. Tal raciocínio também se aplica às vítimas do serviço defeituoso, que são equiparadas a consumidor nos termos do art. 17 daquele diploma².

Na situação em tela, mostra-se evidente o dever da Apelante indenizar os danos morais suportados pelo Apelado, mormente pelo fato de ter mantido a inscrição cadastral mesmo após ser cientificada acerca da fraude perpetrada pelo terceiro.

¹ Art. 14 - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

² Art. 17 - Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.
AC 25195-0 - 1 - 11/9



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 216

130

Em relação à natureza objetiva da responsabilidade da Apelante, colaciono os seguintes arestos, com grifos nossos:

.....

CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL - Dano moral causado por negativação do nome do autor no SPC em decorrência de haverem documentos seus, extraviados, sido fraudados por terceiro, que deles se utilizou para obter cartão de crédito, com o qual efetuou compras em loja conveniada. Responsabilidade objetiva da ré (art. 14 do CDC), não afastada pelas excludentes do § 3º, pois, como instituição financeira responsável por ter concedido o cartão, cumpre-lhe exercer fiscalização sobre dados e documentos apresentados pelo cliente. Sua omissão em colaborar para a realização de perícia grafotécnica. Incidência de juros moratórios a partir de quando tomou o autor ciência da inclusão de seu nome. Redução da indenização a 60 salários mínimos. Recurso parcialmente providos. (TJRJ - AC 5688/2001 - (2001.001.05688) - 7ª C.Cív. - Rel. Des. Luiz Roldão F. Gomes - J. 15.01.2002).

.....

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - FURTO DE DOCUMENTOS - UTILIZAÇÃO POR TERCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE LINHAS TELEFÔNICAS EM NOME DA AUTORA. INADIMPLEMENTO. INSCRIÇÃO DO NOME NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FALTA DE CAUTELA DA EMPRESA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO PRESTADOR DE SERVIÇO. CDC, ART. 14. DANO MORAL CONFIGURADO. DANO MATERIAL. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A venda de linhas telefônicas a terceiro que se valeu de documentos furtados da autora e a conseqüente inclusão do seu nome no cadastro de proteção ao crédito configura dano moral, passível de reparação, dada a falta dos cuidados necessários pelo prestador do serviço, que responde objetivamente, em casos que tais. Diferentemente do dano moral, que decorre do próprio ato lesivo, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrido pela autora, resta inadmissível reparação do dano material sem a devida comprovação. (TJBA - AC 30116-8/06 - Rel. Des. Paulo Furtado - DJU 04.10.06).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. P. Sarriwa de Moraes

TJPE

Fls. _____

131

.....

RESPONSABILIDADE CIVIL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - EMPRESA DE TELEFONIA CELULAR QUE FIRMOU CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS FURTADOS - APELANTE QUE FOI INDEVIDAMENTE INSCRITO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - CONCESSIONÁRIA QUE NÃO AGIU COM A NECESSÁRIA DILIGÊNCIA AO ENTABULAR A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO - CARACTERIZADA A CONDUTA ILÍCITA - DESNECESSÁRIA A PROVA DO DANO MORAL - PREJUÍZO QUE PODE SER FACILMENTE AFERIDO ATRAVÉS DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO - RECONHECIDO O DEVER DE INDENIZAR - CUSTAS E HONORÁRIOS QUE DEVEM SER SUPORTADOS PELA RECORRIDA - RECURSO PROVIDO - 1. Ainda que o uso dos documentos do apelante tenha se originado de ato de má-fé de terceiro, não se exime a apelada do dever de cuidado e diligência que lhe cabe. A conduta do indivíduo que se utiliza de documentos furtados para aplicar "golpes" não desagrava a conduta da empresa, que, ao não observar as cautelas devidas, deixa-se enganar e acaba por gerar prejuízos a outrem. Ao que parece, não condiz com a verdade a alegação de Celular CRT S/A de que "no momento da contratação buscou todas as informações necessárias", pois que se assim tivesse agido teria observado que os documentos que lhe foram apresentados não pertenciam ao pretenso usuário, visto que teriam sido furtados de seu proprietário. 2. No que diz respeito à caracterização do dano, ressalto que comungo do entendimento perfilhado por aqueles que pregam ser o dano moral presumido pelas próprias circunstâncias do fato, mostrando-se despicienda a prova. Ora, é intuitivo que qualquer pessoa que prima por manter em dia seus compromissos financeiros sofrerá os efeitos nefastos de ter contra si inscrição em cadastro de proteção ao crédito. (TAPR - AC 0254800-5 - (233414) - Castro - 19ª C.Cív. - Rel. Juiz Lauri Caetano da Silva - DJPR 01.04.2005).

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 217

132

Lado outro, no tocante à remessa dos autos à fase de liquidação para apuração do valor da indenização por danos morais, entendo incabível a réforma a sentença, seja pela falta de impugnação específica da Apelante, seja pela inexistência de vedação legal a tal procedimento, como ilustra o julgado abaixo:

.....

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 460, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. FIXAÇÃO DO QUANTUM DEBEATUR NA FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. POSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO. 1. A autora (agravada) não apresentou pedido líquido e certo, tampouco requereu a fixação do valor da indenização por arbitramento; pediu, apenas, a condenação do réu (agravante) "no pagamento de uma verba indenizatória pelo dano moral causado". 2. É possível, uma vez observados os critérios definidos no título judicial, a apuração do valor da indenização na liquidação de sentença. Precedentes. 3. A definição do quantum debeatur na fase de liquidação do título judicial condenatório não impedirá o condenado, no momento oportuno, de exercer a fiscalização e pleitear o controle jurisdicional do valor fixado. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 791.529/FN, Rel. Min. DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJ 10/09/2007 p. 192) (g.n.).

.....

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo a sentença guerreada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor